

## **Ata da 11ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural**

Aos 16 dias de agosto de 2016, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a décima primeira reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Movimento das Valsas; Movimento Livres Livros; 2) Participação da Secretária Municipal de Ordem Pública, Rosemma Maluf, referente às solicitações da Comissão Temática de Patrimônio Cultural e Arquitetura – fiscalização do ofício das baianas de acarajé e segurança do Memorial das Baianas; 3) Apresentação da TR do Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura; 4) Reunião das Comissões Temáticas; 5) Definição das datas das reuniões ordinárias do CMPC; 6) O que ocorrer. Estiveram presentes os/as Conselheiros/as Titulares Angelice Batista dos Santos (Barra-Pituba/Itapuã-ipitanga); Candidaluz Liberato (Audiovisual); Edvaldo de Jesus Barreto (Cabula-T. Neves / Pau da Lima); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade/São Caetano–Centro/Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria – Cajazeiras); José Augusto Saraiva Peixoto (SECIS); Kilson Santana de Melo (Música); Marisa Santiago de Jesus (SPM); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil) e Rodrigo Cavalcanti (SALTUR); Tiago Oliveira Nascimento (Literatura) e Danilo Moura (Culturas Identitárias e Inclusivas). Os/As Conselheiros/as Suplentes que compareceram foram Daniela Fernanda da Hora Correia (SMED); Emanuel Oliveira Costa (Dança); Maria Paula Fernandes Adinolfi (Patrimônio Material e Imaterial); Sílvia Maria Russo de Oliveira (FGM); Flor-de-lis Dantas e Cardoso (IPHAN) e Idelfonso Santos Conceição (Cabula-T. Neves-Pau da Lima). O presidente iniciou a reunião e passou para Paulo Hermida, que recebeu as solicitações da sociedade civil para participação nos informes. Ele declarou que se trata de duas manifestações culturais da cidade que merecem um olhar do Conselho Municipal de Política Cultural e chamou Virgínia Da Rin para falar sobre o Movimento das Valsas, salientando que eles têm uma demanda grande por espaços para ensaio e esta é uma queixa de outros grupos culturais que já foram a reuniões do Conselho, sendo que a Prefeitura tem espaços públicos, como as escolas e os Centros de Referência, então o Conselho deve discutir como esses locais podem ser melhor aproveitados. Virgínia Da Rin agradeceu a oportunidade e apresentou Girlan Almeida, presidente da Federação dos Grupos de Valsa, que é composto por cerca de vinte e três grupos de valsa, dos trinta ou trinta e cinco de que se tem conhecimento em Salvador. Ela informou que criou em abril um projeto chamado Dancidade, um selo que foi criado para estabelecer parcerias, convênios, criar oportunidades para a promoção e dinamização da dança em Salvador. Ela disse que conheceu o Movimento das Valsas por meio do projeto Boca de Brasa, sendo que ficou muito sensibilizada e encantada com o trabalho deles. Acrescentou que os grupos não têm apoio nem de poder público, nem de iniciativa privada, e com esforço próprio conseguem ensaiar, reunir jovens das periferias, criando figurinos e coreografias fantásticas, em seguida passou a palavra para o

presidente da federação. Girlan Almeida informou que integra o grupo de valsa Eterna Paixão, e que além dos vinte e três grupos, a federação está fazendo um mapeamento para atrair outros. Ele informou que a maioria dos grupos de valsa da cidade ensaia na rua e que são de bairros distintos da periferia, como Liberdade, São Caetano, Fazenda Grande, Cajazeiras, Nova Brasília, Castelo Branco, contemplando jovens de dez a vinte e cinco anos. Ele destacou também que, como não contam com apoio, promovem rifas e pedágios, que são apresentações em espaços públicos, com arrecadação de dinheiro dos transeuntes, e solicitou a disponibilização de espaços públicos para a realização de ensaios nos sábados e domingos. Fábio, de São Marcos informou que os grupos contemplam o estilo clássico e o contemporâneo e que os movimentos surgiram com a finalidade de salvar jovens e não apenas para ter oportunidades de ordem financeira e acrescentou que o coreógrafo do grupo a que pertence é ex-usuário de drogas. Ele disse que eles encaminham ofícios para as escolas públicas dos bairros e que normalmente conseguem respostas negativas e pediu que o Conselho dê um pouco mais atenção à causa. Edvaldo Barreto informou que é filho de Pau da Lima, representa o bairro no CMPC e que é presidente da Associação Cultural e Recreativa Fraternal, que tem espaço próprio e pode receber os ensaios do grupo de valsa de Pau da Lima. Paulo Hermida lembrou que Emanuel Costa é um dos representantes do Movimento da Valsa e Conselheiro Suplente do segmento da Dança no CMPC, e Joelice Braga, Secretária de Educação, é Conselheira Titular, mas não pôde comparecer, assim como Fernando Guerreiro, Érico Mendonça e a Secretária da SEMOP, Rosemma Maluf, convidada para a reunião, por conta de compromisso com o Prefeito. Salientou que o CMPC deve discutir sobre o uso dos espaços públicos da Prefeitura pelo movimento cultural da cidade de uma maneira geral. O presidente encaminhou a demanda do grupo para a Comissão Temática de Artes e solicitou aos representantes do movimento um documento oficializando as solicitações. Em seguida perguntou se o poder público já tem realizado algo nesse sentido. Silvia Russo informou que já existe uma proposta e um estudo de conciliar os espaços com as artes e que esta é uma luta de Fernando Guerreiro desde quando assumiu a gestão, mas existe uma burocracia imensa. Gildete Ferreira lembrou que existe uma dificuldade nas escolas municipais que diz respeito à ausência de espaço. Paulo Hermida chamou Raissa Martins, do Movimento Livres Livros, para apresentar o projeto de incentivo à leitura. Ela informou que a iniciativa foi idealizada no final de 2014 e começou a ocupação de Salvador em maio de 2015. O projeto foi inspirado em uma fundação norte-americana chamada *Little Free Library*, que instala minibibliotecas em espaços públicos, as quais são cuidadas pela população e existe uma rede com trinta mil minibibliotecas em setenta e cinco países. Ela disse que no Brasil, além da instalação, é necessário dinamizar os processos e sensibilizar para a importância da leitura. Eles desenvolveram o projeto Livres Livros, que foi chancelado pela fundação estrangeira, sendo que têm vinte e três unidades instaladas no Brasil. O movimento trabalha por meio da parceria público-privado-comunidade, sendo que em Salvador já foram distribuídos dez mil livros, com a realização de trabalhos em creches e hospitais para o público infantil, sendo que hoje recebem pedidos de quase todos os bairros de Salvador. A instalação das

bibliotecas livres é possibilitada pela promoção de uma campanha contínua de desapego literário que arrecada livros nas escolas particulares, empresas e condomínios de luxo. Raissa Martins informou que o projeto necessita de apoio financeiro, de pessoas que ajudem no trabalho de sensibilização das comunidades, na arrecadação dos livros e na alimentação das unidades que já existem. Ressaltou que a Prefeitura pode acolher o projeto e instalar minibibliotecas nas praças reformadas espalhadas pela cidade. Tiago Oliveira parabenizou o projeto e informou que a Comissão Temática de Livro e Literatura está à disposição para dialogar com o projeto e destacou a importância da arte e da cultura como aspectos transformadores da realidade social. O presidente solicitou à representante do Movimento Livres Livros um documento destrinchando as demandas para serem encaminhadas à Comissão do Livro e Literatura e assim identificarem de que forma o CMPC pode se posicionar junto à Prefeitura no fortalecimento da iniciativa. Paula Adinolfi informou que foi finalizada a construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Estado da Bahia e vai encaminhar ao Conselho. O presidente informou que o Ministério da Cultura respondeu à Moção de Repúdio que o CMPC enviou ao órgão, por conta do risco de extinção do mesmo, argumentando que houve perda de objeto da demanda, tendo em vista a publicação da Medida Provisória 728/16, que recria o Ministério da Cultura. Danilo Moura perguntou se o Conselho tinha direito de resposta ao documento e José Saraiva disse que não tem necessidade. O presidente deu retorno sobre a participação do CMPC na audiência realizada no dia 03 de agosto pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara sobre o Projeto de Lei 166/16, que institui o programa de financiamento à cultura Viva Cultura e destacou que o Conselho sugeriu emendas aos artigos segundo, terceiro, quarto, décimo terceiro, décimo quarto, décimo quinto e décimo sétimo. Em seguida, disponibilizou uma cópia do documento, para quem quisesse conferir. Gildete Ferreira lembrou que houve também outras contribuições do vereador Sílvio Humberto e representantes da sociedade civil que estavam presentes. O presidente acrescentou que foi realizada uma reunião com a assessoria jurídica de Leo Prates, relator do projeto de lei, posteriormente à audiência. Em seguida, o presidente chamou à frente Valmir Gama, representante da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), que estava substituindo a secretária Rosemma Maluf na reunião, e Tiago Machado, da Guarda Municipal, para tratarem da padronização das baianas de acarajé e da segurança do Memorial das Baianas. Danilo Moura chamou atenção para o caráter político das reivindicações, sobre as quais os visitantes certamente não teriam prerrogativa para decidirem, então, se a Secretária não pôde comparecer, o compromisso deveria ser reagendado. O presidente respondeu que, se as pessoas haviam comparecido em resposta ao ofício que foi enviado à secretária, o Conselho deveria ouvi-las. Valmir Gama disse que gostaria de escutar as dúvidas e esclarecê-las. Maria Paula Adinolfi chamou atenção para a posição privilegiada que as baianas de acarajé ocupam enquanto comércio informal, por se tratar de patrimônio imaterial municipal, estadual e nacional. A Conselheira citou o Decreto 12.175/98 e o Decreto Lei nº26.804/15, que revogou o primeiro, e trata da padronização das vestimentas das baianas, respeitando-se a cultura afro, dos tabuleiros e hábitos de higiene. Ela assinalou

que a reivindicação da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo (ABAM) é que as baianas vêm sofrendo uma concorrência, por meio de diversos comerciantes de produtos análogos ao acarajé e que do ponto de vista patrimonial e cultural não podem ser considerados de fato baianas de acarajé, visto que carecem tanto do ponto de vista da fundamentação cultural e religiosa que embasam o fornecimento do produto, quanto do ponto de vista das vestimentas, que são o sinal aparente, externo, que evidencia o ofício das baianas de acarajé. Maria Paula Adinolfi ressaltou a necessidade da realização de ações de fiscalização para a garantia do Art.4º, §2º do Decreto Lei nº26.804/15, que diz “As baianas e os baianos do mingau, no exercício de suas atividades em logradouros públicos, utilizarão vestimenta típica de acordo com a tradição da cultura afro-brasileira, composta para as mulheres de bata ou guarda-pó na cor branca e torso e para os homens, calça ou bermudão, camisa e guarda-pó na cor branca e cofió”. Angelice Batista, que é baiana de acarajé na região de Jardim de Alá e coordenadora estadual da ABAM, relatou um fato que havia machucado muito as baianas, que foi a invasão de um segurança ao memorial para bater em uma pessoa, sendo que quebrou as portas do local e empurrou uma senhora de oitenta anos. Além disso, o memorial foi vítima de quatro assaltos em apenas uma semana. Angelice Batista acrescentou que há quinze anos a ABAM dá entrada na SEMOP para protocolar requerimento do licenciamento das baianas e que o novo funcionário do setor de Protocolo não reconhece o trabalho. Valmir Gama lembrou que a licença é pessoal e quem tem o direito de requerer é o indivíduo, mas nada impede que a associação enquanto representante também o faça, em seguida perguntou se existe algum documento formal da associação para requerimentos e acrescentou que o decreto de regulamento do ofício das baianas foi feito em parceria com a ABAM. Danilo Moura, que é assessor da ABAM durante doze anos, respondeu que antes da criação do decreto, foi celebrado um protocolo de cooperação entre a ABAM e a antiga SESP, agora SEMOP, no que diz respeito ao processo de fiscalização e licenciamento, visto que, quando saiu o primeiro decreto em 1999, a SESP não tinha condições de definir os aspectos culturais das baianas e a ABAM atuou como uma intermediária que cancelava quem era baiana e quem não era. Ele informou que o protocolo caiu no esquecimento desde a gestão de João Henrique. Quando Rosemma Maluf assumiu a SEMOP, decidiu retomar e revisar o decreto e o protocolo de cooperação, sendo que o decreto foi retomado, mas o protocolo caiu no esquecimento, entretanto não foi revogado. Valmir Gama lembrou do direito constitucional de a pessoa peticionar, mas se existe um documento que pode deixar mais claro, ele se comprometeu a dar o despacho e em seguida levar para a secretária. Em resposta ao Art.4º, o representante da SEMOP exemplificou as ações do órgão no Centro Histórico, como a realização de cursos com a participação da Vigilância Sanitária, do SESC/SENAC e da Guarda Municipal, sendo que também houve qualificações por meio do governo do Estado, com o objetivo informá-las e formá-las quanto às normas presentes no decreto, além disso as baianas que são licenciadas são orientadas quanto às regras. Em seguida, falou sobre o esforço da SEMOP para garantir o trabalho das baianas na área de isolamento no entorno da Arena Fonte Nova no período dos Jogos Olímpicos e salientou que a

associação pode entrar em contato com a SEMOP se identificarem que há baianas na cidade que estão desrespeitando as regras. Rosemma Maluf chegou à reunião e iniciou sua fala informando que a SEMOP tem se empenhado na preservação do ofício das baianas e mantém contatos constantes com a ABAM e que na “vida como ela é” a fiscalização não pode ser uma responsabilidade apenas do Município e é necessário ter uma visão holística da questão. Ela acrescentou que tem uma interferência muito grande da questão religiosa, sendo que algumas baianas de religiões diversas estão radicalizando para não usar o traje típico. Ela destacou que, na sua avaliação pessoal, o traje não interfere na fé e exemplificou que, se vai a restaurante gaúcho, independentemente da religião dos garçons, todos estão vestidos das roupas do Rio Grande do Sul. Aqui, em um restaurante de comida típica, como o Yemanjá, as garçonetes estarão vestidos da forma que caracteriza as baianas, sendo uma exigência do estabelecimento para quem vai trabalhar lá. Mas quando se trata do Poder Público, mesmo com o decreto, é necessário ter um olhar diferenciado e se a administração radicalizar, vai ter muita polêmica. Ela informou que, na prática, a SEMOP tem buscado garantir que nos pontos turísticos, todas as baianas usem o traje. Destacou locais, como o Farol da Barra, Bonfim, e a Orla, sendo que na última algumas baianas não estão usando, mas a orientação é que, mesmo não usando toda a indumentária, use algo que as caracterize como baianas e muitas já estão se adequando. Ela acrescentou que nos bairros da periferia e no centro da cidade, por motivo de falta de efetivo, a secretaria não tem como fiscalizar, até porque a fiscalização é presencial. Assim, se o fiscal vai fiscalizar hoje, amanhã a baiana retorna a sua prática rotineira, e isso contempla não só as baianas, mas todo comércio informal. Rosemma Maluf sugeriu que o CMPC realize workshops sobre o tema para que as pessoas possam abrir a cabeça por meio de um debate sobre o tema, a questão da indumentária, a importância da caracterização das baianas, e acrescentou que ela não pode atuar de cima para baixo com a fiscalização, visto que seria uma agressão chegar nos bairros e apreender os tabuleiros. A secretária disse que é importante também entender o aspecto emocional das vendedoras e considerou que é melhor chama-las para o diálogo, para a conscientização, e destacou a importância de a ABAM, junto com a SEMOP e o CMPC fazerem seminários nos bairros da periferia, onde acontecem os maiores problemas, sobretudo pela importância da preservação da cultura, visto que há diferença entre vender de acarajé e ser baiana. Valmir Gama acrescentou que no curso que foi oferecido no Centro Histórico, anterior à publicação do decreto, a discussão apareceu, e foi explicado que, por conta da higiene, não deveria ser colocados ao lado da comida, contas, crucifixos ou uma Bíblia, independente da religião da baiana. Destacou que deve ser respeitada a pluralidade de Salvador, que é considerada a capital da diversidade, e que a baiana de acarajé é um patrimônio da cidade. Orientou que, caso encontrem baianas na cidade desrespeitando as normas, que denunciem a SEMOP, que irá fazer a fiscalização. Rosemma Maluf reforçou que a legislação estabelece que a licença é pessoal, intransferível e só o solicitante pode ter o direito a ela. A secretária informou que tem uma estimativa de mais de quarenta mil trabalhadores informais em Salvador e não pode abrir o licenciamento para associações e entidade, mas a SEMOP tem

que ter contato com o permissionário, que deve presencialmente assinar o documento, senão seria difícil até realizar a fiscalização. Assim, informou que a SEMOP pode reservar um horário específico para o licenciamento das baianas, que pode ser feito junto à ABAM, mas ratificou que o licenciamento é presencial, sendo que deve tratar o comerciante como empreendedor e contatou que não existe associação ou sindicato que abre empresa para outrem, ele tem que tomar a iniciativa. Além disso a SEMOP não pode terceirizar o trabalho do Município. Em seguida, falou sobre a relevância do trabalho informal em Salvador, visto que é a capital brasileira de maior índice de desemprego, portanto a secretaria leva o comércio informal a sério, como um segmento da economia de extrema importância, e salientou que foi a única sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos a permitir o trabalho informal no entorno da arena. Ela informou que os vendedores ambulantes são cadastrados, até por uma questão de segurança pública, e exemplificou que se alguém comer uma acarajé estragado, ele pode dar uma queixa e a SEMOP poderá localizá-lo por meio do cadastro. Ela acrescentou que o Prefeito pretende lançar o programa “Ambulante Legal”, com mapeamento georreferenciado do comércio informal de Salvador, com cadastro e identidade, pois se trata também do problema de segurança alimentar. O presidente sugeriu que a ABAM dialogue diretamente com a secretária para a resolução dos problemas. Maria Paula Adinolfi disse que entende a necessidade de fiscalização do poder público e concorda que as ações punitivas não são a melhor forma para que se alcancem os efeitos desejados. Acrescentou que as ações educativas devem ser pensadas de uma forma mais propositiva e podem ser feitas de forma compartilhada com o IPHAN e o IPAC, com rodas de conversa e material explicativo, sendo que deve ser pensado de que forma será executado. Ela disse que a ideia é antiga e que o momento atual é muito difícil por conta do acirramento de disputas e intolerâncias religiosas, o que deve vir à tona, e isso é um dos fatores para a descaracterização do ofício, sendo que não se restringe apenas às baianas evangélicas. Sugeriu que seja feito um trabalho conjunto entre as instituições para buscar uma solução e que as ações extrapolem o Centro Histórico, visto que a descaracterização do ofício prejudica a população de toda cidade, que está perdendo as suas características culturais de base. O presidente entregou para Rosemma Maluf o ofício que foi redigido e apresentado pela Comissão do Patrimônio e Arquitetura na reunião ordinária anterior. Em seguida o presidente perguntou a Tiago Machado sobre o trabalho da Guarda Municipal de preservação do patrimônio público e do Memorial das Baianas. O representante da Guarda Municipal informou que o órgão atua na Praça da Cruz Caída por meio de rondas periódicas e lembrou que antes no Memorial das Baianas havia a proteção pela Assistência Militar, mas que havia sido retirada. Disse que vai levar a solicitação para o Inspetor-Chefe, para que seja feita uma segurança mais efetiva do local. Em relação ao incidente que ocorreu no memorial com a atuação de um guarda municipal, ele informou que o órgão passou por uma reestruturação e agora conta com uma ouvidoria e corregedoria própria, podendo ser denunciado qualquer desvio de conduta de agente público. Rosemma Maluf disse que a ABAM estava solicitando uma segurança patrimonial fixa e disse que o efetivo da Guarda Municipal trabalha para

atender todo território e não se detém exclusivamente para atender a um único ponto. Enumerou algumas ações que foram desenvolvidas pelo Município de revitalização de monumentos, fontes e praças, e que a Guarda Municipal tem que ter uma atenção especial para a prevenção contra a ação de vândalos. Ela sugeriu que a gestão do memorial planejasse estratégias de sustentabilidade utilizando o reforço de segurança patrimonial privada e fixa. José Saraiva, coordenador da Comissão Temática de Patrimônio e Arquitetura, lembrou que o Centro Histórico é Patrimônio Cultural da Humanidade e que existe o Escritório Técnico de Fiscalização e Licenciamento (ETELF), que envolve o IPHAN, IPAC e a FGM, e sugeriu que seja aberta uma instância para fazer uma vigilância nas três esferas de governo, visto que a Guarda Municipal não tem condições de atender todo o patrimônio do local e, caso for necessário, inserir também o Exército. Ele destacou que os turistas estão sendo molestados, além dos próprios cidadãos, e que o posto da Polícia Militar foi retirado da região, bem como a Polícia de Proteção Ambiental. Defendeu que a Prefeitura deve cobrar do Estado da Bahia mais zelo pelos cidadãos e turistas. Tiago Machado respondeu que no Centro Histórico há o Conselho Comunitário de Segurança. O presidente ressaltou que a temática deve ser analisada pela Comissão Temática de Patrimônio e Arquitetura e agradeceu a participação da secretária e dos outros convidados. Plutarco Drummond iniciou a apresentação do Termo de Referência do Diagnóstico do Plano Municipal de Cultura (PMC) e destacou que se tratava de um documento extenso. Sinalizou que o texto foi elaborado pela Assessoria de Gestão Estratégica e pelo Gabinete da FGM e que foi discutido pelo colegiado e encaminhado aos Conselheiros, sendo criada uma comissão de acompanhamento do PMC, que discutiu junto aos técnicos da FGM, e então foi concluída a redação final do termo. Fernando Guerreiro, que também conseguiu chegar à reunião, sugeriu que o Termo de Referência fosse enviado por e-mail e que os Conselheiros deveriam ler e opinar. Ele destacou que é muito importante que os Conselheiros comecem a se disciplinar a lidar com os e-mails, visto que determinadas questões devem ser enviadas por essa ferramenta, e no pleno deveriam ser apresentados os resultados depois da leitura do documento, em seguida lembrou da necessidade de agilização do processo, que não pode mais esperar. Paulo Hermida acrescentou que a empresa vencedora da licitação vai mostrar para o Conselho o seu Plano de Trabalho antes do início das atividades. O presidente submeteu a proposta à apreciação do pleno, que concordou. Dando continuidade à reunião o presidente informou que havia sido enviado aos Conselheiros os textos dos perfis de cada um para serem publicados no blog. Em seguida, apresentou as sugestões de datas para as próximas reuniões ordinárias do CMPC, feitas pela administração do Teatro Gregório de Mattos, tendo em vista a adequação à programação do local. Foram sugeridos os dias 20 de setembro, 18 de outubro, 08 de novembro e 13 de dezembro, e o pleno aprovou. O presidente ressaltou que a próxima reunião ordinária será a décima segunda, em que o CMPC completa um ano de existência e que o pleno poderá fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido no período. Informou que no dia 24 de agosto, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, seria realizada a primeira edição do “Chá de Cultura” que iria tratar do Sistema Municipal de Cultura, e contaria com a participação de Viviane Ramos, da FGM, e Hygon Almeida, da Secretaria de



Cultura do Estado da Bahia. Tiago Oliveira destacou a proximidade do período eleitoral e ressaltou a necessidade de o Conselho trazer esse debate entre os candidatos a Prefeito sobre as propostas na área de Cultura. Fernando Guerreiro informou que a Academia de Letras da Bahia (ALB) já tem a tradição de promover um debate entre os candidatos sobre a Cultura, sendo que já está sendo discutida a realização do evento neste ano, e sugeriu que o CMPC compareça e faça uma grande mobilização. Comprometeu-se a informar a data assim que a instituição a definisse. O presidente informou que a Coordenação Colegiada iria dialogar com a ALB e daria o retorno aos Conselheiros. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 20 de setembro de 2016.

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_
5. \_\_\_\_\_
6. \_\_\_\_\_
7. \_\_\_\_\_
8. \_\_\_\_\_
9. \_\_\_\_\_
10. \_\_\_\_\_
11. \_\_\_\_\_
12. \_\_\_\_\_
13. \_\_\_\_\_
14. \_\_\_\_\_
15. \_\_\_\_\_
16. \_\_\_\_\_
17. \_\_\_\_\_
18. \_\_\_\_\_



19. \_\_\_\_\_
20. \_\_\_\_\_
21. \_\_\_\_\_
22. \_\_\_\_\_
23. \_\_\_\_\_
24. \_\_\_\_\_
25. \_\_\_\_\_
26. \_\_\_\_\_
27. \_\_\_\_\_
28. \_\_\_\_\_
29. \_\_\_\_\_
30. \_\_\_\_\_